



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

10ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

29 de abril de 2025

Ata Quadragésima Sessão Ordinária

Às dezessete horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e nove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Luciano Oliveira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo Mantoan, Gipão, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisémar Marinho, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Dr. Danilo Alencar, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

“c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo Expediente, a serem lidos, passou-se à Apresentação de **Matérias**. Foram entregues os **Projetos de Lei** que receberam os números 143/2025, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 145/2025, de autoria do Senhor Deputado Moisemar Marinho; e os **Requerimentos** que receberam os números 645 a 651. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 135/2025, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e dos **Requerimentos** que receberam os números 614 e 165. Em seguida, o Senhor Presidente, colocou em votação o **Requerimento** que recebeu o número 632, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder do Governo, tendo em vista o disposto nos arts. 72, 80, §1º, 118, XIII, 133 e 137 do Regimento Interno, que requer a dispensa de interstícios e formalidades regimentais, para inclusão na Ordem do Dia e convocação de Sessão Extraordinária para discussão e votação das matérias: **Projetos de Lei Complementar** números 1/2025 e 3/2025, **Projeto de Lei** número 25/2024, ambos de autoria do Poder Executivo; **Projetos de Decreto Legislativo** números 1 e 2/2025, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; 1/2025, de autoria do Tribunal de Justiça; 1/2025, de autoria do Tribunal de Contas; **Projeto de Lei Complementar** número 1/2025,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

de autoria da Defensoria Pública; Projetos de Lei números 3/2025 e 4/2025, de autoria do Ministério Público Estadual; Projetos de Lei números 212/2023, 286/2023, 462/2023, 575/2023, 618/2024, 626/2024, 664/2024, 711/2024, 785/2024, 824/2024, 847/2024, 883/2024, 899/2024, 128/2025, 129/2025, de autoria deste Poder, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei Complementar número 90, de 30 de dezembro de 2013, que institui a Região Metropolitana de Palmas, e adota outras providências”, o qual votado, nominalmente, com catorze votos sim, perfazendo um total de catorze votantes, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 3/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos ocupantes do cargo efetivo de Procurador do Estado, e adota outras providências”, o qual votado, nominalmente, com catorze votos sim, perfazendo um total de catorze votantes, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Lei Complementar número 1/2025, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins”, o qual votado, nominalmente, com catorze votos sim, perfazendo um total de catorze votantes, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, **os Projetos de Decreto Legislativo, números: 1/2025**, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova das contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2022”; e **2/2025**, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2023”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. **Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 25/2024**, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.288, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Contencioso Administrativo Tributário e os Procedimentos Administrativos Tributários, e adota outras providências”; **1/2025**, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores do



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; **3/2025**, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; **4/2025**, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; **1/2025**, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos, ativos, inativos e pensionistas, da Função de Confiança e dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; **128/2025**, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos e subsídios dos Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; **129/2025**, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Lei número 4.367, de 8 de janeiro de 2024, que “fixa os subsídios do Governador e Vice-Governador do Estado, e adota outras providências”; **664/2024**, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “estabelece



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

diretrizes e ações para garantir a inserção no mercado de trabalho de mulheres acima de 50 anos no âmbito do Estado do Tocantins”; **212/2023**, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui a Campanha Estadual Mulheres Informadas para ampliação do acesso à informação sobre os direitos das mulheres expostas à violência doméstica”; **575/2023**, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “dispõe sobre a aquisição de produtos oriundo da agricultura familiar por empresas que fornecem serviço de alimentação e recebem incentivos fiscais no âmbito do Estado do Tocantins”; **824/2024**, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “institui a Política Estadual de Incentivo à Abordagem do Cooperativismo nas Escolas Públicas e Privadas do Estado do Tocantins e dá outras providências”; **883/2024**, com apensamento do Projeto de Lei número 924/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, e Co-Autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que “institui o Dia S de valorização e reconhecimento do Sistema Fecomércio/Sesc/e Sindicatos filiados à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins (Fecomércio-TO), no calendário oficial de eventos do Estado do Tocantins”; **462/2023**, com apensamento do Projeto de Lei número 870/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, e Co-Autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a instituição de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

sanção administrativa ao agressor pelas despesas relacionadas aos serviços públicos de emergência prestados às vítimas de violência doméstica e familiar, e dá outras providências”; **618/2024**, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “permite à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o ingresso e a permanência em qualquer local portando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal”; **785/2024**, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “proíbe ações ativas de telemarketing via ligação telefônica realizada por robôs, *bots* ou por programas de *software* que execute tarefas automatizadas, repetitivas e predefinidas para essa finalidade, no Estado do Tocantins”; **899/2024**, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “cria a campanha Esporte sem Assédio, no Estado do Tocantins”; **711/2024**, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui a Política Estadual de Implantação de Bibliotecas Financeiras nas escolas de Ensino Fundamental e Médio no Estado do Tocantins”; **286/2023**, de autoria do Senhor Deputado Moisémar Marinho, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produtos e serviços de natureza bancária, creditício, financeira e securitário a alertar os consumidores sobre as fraudes realizadas por e-mail, por telefone, por aplicativo de mensagens ou quaisquer outros meios tecnológicos, aplicadas por terceiros, no âmbito do Estado do



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Tocantins”; **626/2024**, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “torna obrigatória a ampla divulgação em todos os órgãos da administração pública direta e indireta e em estabelecimentos privados de atendimento à saúde do Estado do Tocantins, do teor da Lei Federal número 14.737, de 27 de novembro de 2023, que amplia o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados”; **847/2024**, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos de ensino médio e superior, nas instituições de Ensino mantidas pelo Poder Público Estadual, para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. **Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 301/2023**, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Esperantina – APAE de Esperantina-TO”; **555/2023**, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “dispõe sobre a substituição dos sinais sonoros nos estabelecimentos de ensino públicos e privados no âmbito do Estado do Tocantins, visando atender às necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA); **850/2024**, de autoria da Senhora Deputada Claudia



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Lelis, que “declara Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Estado do Tocantins o evento Festejo do Senhor do Bonfim do Município de Tabocão”; 405/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui diretrizes para a Política Estadual de Apoio e Fomento à Mulher Empreendedora Chefe de Família (Mulher Chefe de Família)”; 859/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui o Selo Escola Amiga da Natureza, no âmbito do Estado do Tocantins”; 516/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “institui a Política Estadual Minha Primeira Empresa, no âmbito do Estado do Tocantins”; 16/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação 1º de Maio dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Vale verde, no município de Gurupi-TO”; 827/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, “institui a Semana de Conscientização e Prevenção sobre os males causados pelo uso intenso de celulares, tablets e computadores por crianças e adolescentes no âmbito do Estado do Tocantins”; 920/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “institui a Semana Estadual dos Cuidados Paliativos, no âmbito do Estado do Tocantins”; 922/2024, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Gilmar Gonçalves de Carvalho”; 765/2024, de autoria do



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhor Deputado Gutierres Torquato, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Atlética Amigos de Palmeirópolis – AAAP”; 875/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que “institui o Selo Amigo do Produtor Tocantinense, no âmbito do Estado do Tocantins”; 480/2023, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui a Política Estadual de Valorização da Mulher do Campo”; 59/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “garante às mulheres vítimas de violência doméstica, do tráfico de pessoas ou de exploração sexual, prioridade nos programas habitacionais implementados pelo Estado do Tocantins”; 800/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, a Festa do Pequi, no município de Nova Rosalância-TO”; 879/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a criação do Selo Escola Amiga do Autismo, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 948/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui o Dia da Mãe Atípica, no âmbito do Estado do Tocantins”; 343/2023, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Muiraquitã”; 634/2024, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “institui a Política Estadual de Valorização do Homem do Campo,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

no âmbito do Estado do Tocantins”; 327/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Esportiva Polivalente – AEP, no município de Palmas-TO”; 874/2024, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “institui a Política de Combate ao *Bullying* nas escolas públicas e privadas do Estado do Tocantins”; 901/2024, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Servidores Públicos de Tecnologia da Informação e Comunicação no Estado do Tocantins-Asticto”; 925/2024, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Córrego Mato Verde e Região”; 313/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “denomina Elizabeth Leda Barros Monteiro, o Auditório da Escola de Gestão Fazendária Antônio Propício de Aguiar Franco”; 730/2024, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Sócio Cultural, Muladeiros do Vale”; 790/2024, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição em concurso público e processo seletivo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar”; 303/2023, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a implementação do critério regional para



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

o acesso às universidades públicas estaduais do Tocantins”; 921/2024, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede o Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Senhor Bruno Barbosa dos Santos”; 994/2024, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Esportivo Cultural e Social Novos Tempos, no município de Palmas-TO”; 877/2024, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos ilhéus, ribeirinhos e agroextrativistas do Rio Araguaia”; 908/2024, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “concede o Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro a Joenes Fernandes da Silva”; 909/2024, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense a Euclides Antônio Vieira”; 915/2024, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense a Osemar Cruz Mouzinho”; e 776/2024, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor José Maria Lima”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 537, 538, 539, 540, 580, 581, 551, 552, 582, 583,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

205, 562, 563, 76, 565, 567, 578, 579, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 324, 325, 330, 331, 332, 333, 334, 289, 290 e 291, os quais votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e quarenta e três minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário